



Entrevista de Ilana Strozenberg

Concedida a
Maria Theresa
Guilhon Barros¹

Ilana Strozenberg é antropóloga e professora adjunta da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Nos últimos anos, suas pesquisas sobre identidades culturais no meio urbano focaram os projetos culturais da periferia do Rio de Janeiro, investigando a trajetória de suas lideranças e suas relações com o mercado midiático. É uma das coordenadoras do Pós Doutorado do Programa Avançado de Cultura Contemporânea (PACC) e consultora da Universidade das Quebradas, um projeto de extensão do PACC que oferece cursos de história da arte, literatura e filosofia para artistas e produtores culturais da periferia.

¹ Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais - CPDOC/ FGV.

Há cerca de 10 anos, seu trabalho de pesquisa se voltou para o tema da cultura urbana, com foco nos projetos culturais voltados para populações de baixa renda que começavam a marcar as iniciativas de combate à desigualdade. Esse trabalho segue o exemplo de outros que começaram a ultrapassar as fronteiras entre o universo acadêmico e a ação social. Que impacto isso teve, na época, e que possibilidades existem hoje para os estudos sobre as cidades, dentro e fora das ciências sociais?

De certa forma, desde os primeiros anos de minha carreira acadêmica na década 70, meu trabalho sempre teve, como foco, temas relacionados à cultura urbana no contexto brasileiro e, mais especificamente, no Rio de Janeiro. Desde uma extensa pesquisa iniciada no Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, em que abordei as relações de emprego doméstico no universo de camadas médias, passando pelos trabalhos sobre álbuns de fotografias de família, realizado com Myriam Morais Lins de Barros, e sobre o dito “culto ao corpo” entre jovens universitários, feita em parceria com Marcia Contins Gonçalves e Everardo Rocha, até minha tese de Doutorado em Comunicação e Cultura, em que analisei o debate na grande imprensa a respeito da implementação de uma lei de cotas de imigração na Constituinte de 1934, e as investigações mais atuais como professora da ECO, a cultura urbana brasileira e carioca sempre foram meu universo de estudo privilegiado. Pensando retrospectivamente, acredito que, apesar da diversidade de aspectos investigados, isso confere alguma coerência à minha trajetória de pesquisadora e me permite perceber uma relação de complementaridade entre os resultados produzidos nesse percurso.

Entretanto, até cerca de 10 anos atrás, o que eu fazia se enquadrava muito mais na categoria de “estudos na cidade” do que na de “estudos da cidade”, para usar uma diferença formulada por Eunice Durham num artigo de 1986, em que analisa a antropologia urbana praticada no Brasil. Isto é, se a cidade era o contexto de realização das pesquisas e o espaço onde se encontravam meus objetos de estudo, minhas questões não se voltavam para o fenômeno urbano e as dinâmicas culturais específicas da cidade.

O que, de fato, mudou o foco das minhas atividades de pesquisa, foi, como você

aponta na sua pergunta, meu interesse pelos projetos culturais de favela e periferias urbanas, voltados para a transformação social e a redução da desigualdade que se multiplicaram no Rio de Janeiro e em outras cidades brasileiras, a partir de 1990. Em um curto período de tempo – menos de 20 anos – esses projetos de teatro, audiovisual, música, dança e outras manifestações artísticas ganharam visibilidade e começaram a ocupar um novo espaço na grande mídia, que colocava em questão as hierarquias tradicionais da cultura. O programa Central da Periferia, idealizado pela parceria entre Regina Casé e o antropólogo Hermano Vianna (aliás, essa parceria entre uma celebridade midiática e um acadêmico que optou por colocar em prática suas ideias em espaços externos à academia é sintomática), são um bom exemplo desse fenômeno. Foi, então, a partir dessa percepção, que o tema das culturas urbanas e a dinâmica dos trânsitos e articulações entre suas diversas expressões se tornou um tema central de meu trabalho. Bem como de outros pesquisadores. A academia, ou, pelo menos, uma parte dela, havia reconhecido aí um campo de pesquisa estratégico para compreender o contexto sócio-cultural e político das cidades contemporâneas.

E foi também nesse momento que passei a atravessar as fronteiras entre a atividade de produção acadêmica e a participação em ações sociais. No entanto, a bem da verdade, se era uma novidade para mim, esse atravessamento não era nada muito novo no campo das ciências sociais. Nos anos 80 e 90, no Brasil, a metodologia da pesquisa-ação, de Michel-Thiollent, e a prática da pesquisa participativa já propunham que as atividades de produção do conhecimento não só incluíssem representantes do universo estudado – especialmente no caso das camadas populares e desfavorecidas – como também tivesse, entre seus objetivos, uma ação prática no sentido de favorecer a melhoria das condições de vida desses grupos e promover a transformação social. Sem dúvida, esse tipo de trabalho tinha um cunho político evidente e foi muito popular entre um grupo de intelectuais engajados no período do processo de abertura, em que a sociedade civil começava a se reorganizar através de ONGs e movimentos sociais após 20 anos de ditadura militar. No entanto, é bom lembrar que, na época, havia um certo preconceito em relação aos pesquisadores que “misturavam” sua atuação como acadêmicos e como militantes. Quem atuava nos dois lados dessa

fronteira, os chamados “ongueiros”, eram vistos com muita desconfiança. Como assim? Ou você tem distância do seu objeto estudo ou você participa do seu objeto de estudo.

Isso agora começa a mudar e é curioso perceber como, duas décadas depois, a pesquisa-ação volta a ser prestigiada na universidade. As universidades públicas, por exemplo, estão estimulando cada vez mais a realização de projetos de extensão, que são, exatamente, aqueles que visam atender a demandas de determinados setores da sociedade, fora dos muros da academia,. seja através de iniciativas de transmissão de conhecimento teórico e/ou apoio técnico, seja através de praticas colaborativas.

Minha posição no que toca a essa relação entre produção teórica e ação prática é a da busca de uma atitude crítica permanente. Acho que essa combinação exige uma postura equilibrada, em que não se pode ir nem tanto ao mar nem tanto à terra. Não se pode atuar dentro da universidade, ou como pesquisador com o olhar e a atitude de um militante político. A esse respeito, Ruth Cardoso tem um artigo que considero excelente, de 1986, em que chama a atenção para o risco da observação participante se tornar uma “participação observante”. Isso acontece quando o pesquisador perde a atitude de distanciamento indispensável para a produção de um resultado que não seja a mera reiteração do senso comum vigente no universo que busca conhecer. Ora, se o papel da pesquisa é abrir novas perspectivas de entendimento que permitam produzir mudanças e realizar avanços, o “participante observador”, ao repetir verdades e coisas que já são previamente aceitas, vai na exata contramão dessa proposta.

Por outro lado, também é impossível – a meu ver – realizar uma ação eficaz junto ao universo externo à universidade, sem criar algum tipo de empatia com essas pessoas, seus desejos e interesses. Sem respeitar suas visões de mundo e reconhecê-los como interlocutores centrais no processo de produção do conhecimento. Roberto da Mata diz que estudar uma realidade na qual se está inserido é como fazer uma viagem xamânica: a gente se distancia para uma outra esfera e olha essa realidade de um outro ângulo, que não é o do cotidiano.

Como estar perto e longe? Essa, eu penso que é uma resposta que ainda está sendo

buscada pelos professores e pesquisadores que optam por unir teoria e prática. Eu diria que ainda é próximo do experimental. E talvez essa seja a experimentação permanente de toda a produção das ciências sociais: o jogo entre o conhecimento teórico analítico e a experiência vivida.

Podemos destacar aí um papel bem definido que a antropologia teve e ainda tem nos estudos das culturas urbanas contemporâneas?

A meu ver, a antropologia urbana foi fundamental para a abordagem da cultura urbana contemporânea como o locus por excelência da diversidade e da heterogeneidade. O diálogo entre a teoria antropológica e a sociologia urbana da Escola de Chicago tem uma importância precursora nas pesquisas atualmente realizadas nessa área. No Brasil, a atuação de Gilberto Velho, como professor do Museu Nacional, como autor de inúmeros livros e artigos e como representante de instituições acadêmicas, tem importância indiscutível nesse campo de estudos.

A perspectiva dessa vertente dos estudos antropológicos privilegia a percepção das diversas formas de comportamento e expressão cultural que convivem, de forma mais ou menos harmônica ou contraditória, nas grandes cidades contemporâneas. A partir de noções como as de subcultura, as pesquisas são focadas em universos culturais específicos que Gilberto Velho denomina de “universos de códigos compartilhados” buscando compreender seus sentidos e lógicas específicos. Assim, diferentemente da sociologia, que trabalha com grandes modelos, e de uma perspectiva antropológica que busca a lógica abrangente que atravessa as culturas nacionais, (é o caso dos trabalhos de Gilberto Freyre e Roberto Da Matta, por exemplo) a sociologia urbana traz, para o estudo das sociedades contemporâneas, um olhar que pode ser comparado à visão de uma lente com zoom. É como se ao invés de usar uma grande angular que permite ver uma cena em grandes extensão, mas com pouco detalhe, o pesquisador olhasse para a realidade social através de um foco no micro, no mais próximo, como num close. Isso permite ver a cena nas suas especificidades, sabendo que está inserida num universo mais abrangente, mas ao mesmo tempo atentando para as particularidades e os detalhes.

Outro aspecto importante dessa abordagem, é que a partir dela se define a cultura – em suas várias manifestações –, não como uma “coisa” reificada, pronta e estática, e sim como um sistema dinâmico de relações, que se produz e modifica continuamente. E isso se dá através da ação dos indivíduos que constroem seus “projetos” através de escolhas estratégicas no contexto das alternativas - mais ou menos legítimas e valorizadas - que lhes são oferecidas pela sociedade. Por isso Gilberto Velho conceitua a cultura como “campo de possibilidades”.

Do ponto de vista da dimensão política das pesquisas, eu diria que elas permitem perceber com mais acuidade o plano dos micro-poderes, que é da maior relevância para quem busca compreender a atuação dos projetos da sociedade civil voltados para a transformação social.

Porque distinguir fortemente o campo da cultura contemporânea, quais as suas particularidades?

O que distingue a sociedade contemporânea das sociedades ditas tradicionais é a crescente diversidade e heterogeneidade de seu universo social e cultural. Eu penso até que, nessa perspectiva, a contemporaneidade pode ser vista como a exacerbação da dinâmica social introduzida pelas revoluções liberais da modernidade, fundadas nos valores do individualismo e no ideal dos indivíduos como seres autônomos, iguais e livres para exercer seu arbítrio. Ao contrário das sociedades tradicionais, em que a noção de ordem e hierarquia prevalece sobre a de indivíduo e se tem a impressão de que o tempo não passa ou que tudo permanece igual por um longo período de tempo, nas sociedades individualistas, em que se privilegia a autonomia individual, o tempo parece correr cada vez mais rápido. Isso porque se, nas sociedades tradicionais, o comportamento valorizado é aquele que se conforma aos papéis atribuídos a cada um pela ordem social, nas sociedades contemporâneas o que se cobra dos indivíduos é que sejam inovadores, criativos, capazes de fazer a diferença, provocar mudança e transformação. Desde que não sejam contrariados alguns códigos dominantes produzir diferença, em especial no campo da cultura, é, paradoxalmente, uma obrigação. Não é difícil achar evidências empíricas dessa mentalidade: a moda é exemplo

disso, as ondas intelectuais são exemplo disso, as vanguardas artísticas são exemplo dessa da valorização daquilo que é a “não repetição” da tradição. Ser conservador, nessas sociedades, é quase um xingamento. Me parece sintomático que O Globo tenha dado o nome de “Faz a diferença” ao prêmio anual que confere a cariocas escolhidos como aqueles que se destacam em diferentes campos de atuação no Rio de Janeiro, da ciência às artes.

Isso não significa que a contemporaneidade não mantenha tradições. Mas sim que ela é um palco onde há uma constante produção de diferenças, que podem vir a gerar novas tradições ao longo do tempo. Quando um novo comportamento, uma nova estética, uma nova visão de mundo é capaz de provocar uma adesão maior, pode, ao longo de algum tempo – nem sempre muito longo - virar uma nova tradição.

E isso aparece com mais força ainda na metrópole... Através de que canais você acha possível se discutir a cidade e seus problemas?

A vida nas cidades, sobretudo nas grandes metrópoles, é marcada pela tensão entre o sentimento de pertencer a uma cultura abrangente – como a cultura brasileira, por exemplo - e, ao mesmo tempo, pertencer a grupos e universos distintos, tanto do ponto de vista sócio-econômico e político quanto de padrões de comportamento, estilos de vida, gosto estético, crenças, enfim, de inúmeras formas de lidar com o outro e consigo mesmo. Só que esta diversidade, que muitos caracterizam como fragmentação, não consiste num conjunto de “fragmentos” isolados e equivalentes. Pelo contrário, eles estão inseridos numa hierarquia dominante, que os organiza numa escala de legitimidade, prestígio e, sobretudo, poder. Que, embora reconhecida por todos, não é consensual nem estática. Nesse sentido, a meu ver, as metrópoles podem ser vistas como uma arena em que grupos distintos se enfrentam em busca de um lugar mais favorável nessa ordem hierárquica.

É interessante perceber como os debates sobre a o futuro das cidades colocam, de forma recorrente, uma mesma questão: como construir uma cidade integrada ou então, como criar mecanismos que promovam espaços de diálogo, em que as pessoas possam conviver e se relacionar de maneira aberta e democrática (isto é, mais livre e igualitária)? Como

pensar a possibilidade de negociação num contexto em que, além das diferenças estruturais, de âmbito econômico, próprias de uma sociedade capitalista, há também diferenças e conflitos das mais diversas ordens: políticas, éticas, estéticas, de gênero, sem falar nas de faixa etária, que agora se fazem cada vez mais presentes?

Essas são questões complexas que exigem respostas complexas. Eu não tenho essas respostas nem acredito que sejam generalizáveis, precisam ser buscadas contextualmente. Mas penso que qualquer que seja o contexto, o diálogo passa pela desconstrução de uma visão estereotipada e preconceituosa sobre o outro. Pela percepção de que o diferente não é necessariamente o inimigo, aquele que é preciso combater ou eliminar. Ou seja, pela percepção de que existe, entre nós, para além ou aquém das diferenças de todas as ordens, uma dimensão de humanidade comum na qual é possível encontrar ou construir pontes de aproximação e entendimento. Que podem ser as mais variadas: um gosto musical, uma mesma preferência no campo do esporte, um mesmo interesse profissional, uma crença religiosa compartilhada, enfim, a lista é inumerável. Encontrar essas vias de diálogo, entretanto, exige uma atitude crítica em relação às próprias “verdades” e de escuta em relação às “verdades” alheias.

A antropologia tem uma relevância central para a construção desse tipo de atitude. A crítica ao etnocentrismo e a relativização, bases da abordagem antropológica do estudo das diferentes manifestações da cultura, exigem o exercício de uma escuta compreensiva do outro e esta é, a meu ver, a condição fundamental para que possa haver diálogo. Por outro lado, penso que essa perspectiva não só pode como deve se expandir para além do trabalho específico da pesquisa antropológica. Ela pode ser incorporada às ações de políticas públicas, às iniciativas da sociedade civil, ao trabalho dos profissionais de comunicação ao produzirem os discursos midiáticos. Por isso, nas minhas aulas de Antropologia e Comunicação na ECO, a ideia central que tento transmitir aos alunos é que, não há comunicação quando não há escuta: todo produtor de mensagens deve ser também, primordialmente, um observador e um receptor. E nunca é demais insistir: escutar significa buscar compreender e não julgar ou avaliar.

Uma das principais tônicas dos movimentos que começaram a tomar as ruas das grandes cidades do Brasil a partir de meados de 2013 é a reivindicação de que os diferentes grupos da sociedade civil sejam ouvidos pelas instituições públicas no processo de tomada de decisões. Isto é, que os gestores públicos não implementem projetos impostos “de cima para baixo”, ou “de fora para dentro”, porque baseados em suas próprias premissas e pressupostos a respeito das demandas existentes e suas possíveis soluções. A demanda pelo diálogo é também a demanda pela participação, que só pode ser efetiva se houver escuta. E, sem dúvida, isso vale também na direção inversa: a sociedade brasileira precisa ter uma atitude menos maniqueísta e preconcebida em relação às instituições e seus representantes. A esse respeito, Eliana Souza Silva, fundadora e coordenadora da Redes de Desenvolvimento da Maré, publicou, em fevereiro desse ano, no Globo, um artigo que considero exemplar. Ao analisar as relações entre moradores da Maré e as forças policiais da UPP, a partir de episódios de mortes de ambos os lados ocorridas em confrontos, ela argumenta que dramas como esse, que se tornaram parte do cotidiano da cidade, são perpetuados pela força dos estereótipos e pela ausência de um diálogo entre as autoridades públicas e as comunidades que permitam a busca de uma solução conjunta.

Falávamos sobre diálogo. O Rio de Encontros* é resultado desse compromisso da antropologia com o diálogo e com a escuta?

Sem dúvida. Iniciado há quatro anos, O Rio de Encontros é um ciclo de debates de periodicidade mensal (são em média 7 por ano) que promove discussões de temas prementes para a cidade do Rio de Janeiro - como educação, moradia, sustentabilidade, violência, juventudes, religião, drogas, manifestações, grande mídia e jornalismo comunitário, etc - e se caracteriza pela diversidade de seus participantes. Essa não é uma frase de efeito e sim uma proposta fundamentada num conceito. Se, como diz Geertz, a cultura é uma teia de significados, a sociedade complexa contemporânea é a mais intrincada dessas teias Então, uma reflexão mais densa e multifacetada sobre a cidade, requer que ela inclua o máximo possível de representantes dessa teia.

Assim, os debates do Rio de Encontros, reúnem pessoas de categorias

socioeconômicas diferentes, acadêmicos e especialistas de olhares e perspectivas diversas, lideranças comunitárias e diferentes gestores e participantes de instituições públicas e de organizações da sociedade civil. Eu falei em debates, mas poderia ter dito diálogos, porque esse é objetivo central do encontro: que todos possam ouvir, questionar e emitir seus comentários de maneira organizada mas relativamente informal. O formato, portanto, não é de seminário ou mesa redonda, e sim de uma roda de conversa. Duas ou três pessoas são especialmente convidadas para iniciar a conversa e, logo depois, a discussão é aberta para todos.

Em 2013 iniciamos uma nova etapa. Chamamos, para participar do Rio de Encontros, uma turma de jovens moradores de diferentes áreas socialmente periféricas da cidade, que se destacam por sua atuação em projetos locais. Embora oriundos de um mesmo universo sócio-econômico, eles não formam uma turma homogênea nem do ponto de vista da moradia, nem de experiência de trabalho ou de vida pessoal. Escolhidos por indicação de coordenadores dos projetos nos quais participam, todos os jovens recebem uma bolsa auxílio por evento e um Certificado no final do ano, e nossa proposta é que sejam, efetivamente, interlocutores ativos das discussões, preparando-se para isso através de pesquisa e da consulta a materiais de referência – artigos, matérias de jornal, vídeos, sites – sobre o tema de cada encontro, que ficam disponíveis no blog do projeto (<http://riodeencontros.wordpress.com/>). Este ano fomos mais além. A partir de uma parceria com a Escola Superior de Propaganda e Marketing incluímos, nos encontros, mais um grupo de jovens - dessa vez formado por alunos da ESPM - que, na grande maioria, pertencem a um universo bastante diferente, senão oposto, aos jovens de favelas e periferias.

Cada encontro, então, é um exercício riquíssimo e instigante de escuta e de prática do diálogo. Uns fazem suas colocações a partir do conhecimento acadêmico (inclusive vários jovens de periferias e favelas, que cursam ou cursaram o terceiro grau) , outros da atuação profissional,, outros, ainda, das experiências da vida pessoal. O que se privilegia, como resultado, não são respostas ou soluções para a cidade, e sim a troca de ideias e experiências e que esta permita formular as boas perguntas. E que todos saiam dali com um universo de alternativas e reflexões expandido, e um pouco mais de compreensão sobre as

complexidades da vida em nossa cidade.

Que importância teve a área dos Estudos Culturais e a questão da multidisciplinaridade para que os pesquisadores e especialistas pudessem se debruçar sobre a cidade de hoje?

Tradicionalmente, a tendência predominante nas áreas de conhecimento em geral e nas ciências sociais e humanas em particular, era que os pesquisadores e profissionais conversassem com seus colegas de disciplina e especialidade. Cientistas sociais participavam de fóruns de cientistas sociais – que são também subdivididos em diferentes disciplinas e suas sub-áreas -; arquitetos e urbanistas encontravam-se com outros arquitetos urbanistas; e assim por diante. Atualmente, embora esses espaços disciplinares permaneçam e tenham sua função, a perspectiva da interdisciplinaridade vem se tornando cada vez mais disseminada. É como se, a partir de um determinado momento, a complexidade da realidade contemporânea tenha exigido análises mais multifacetadas e plurais e as perspectivas disciplinares tradicionais já não pudessem dar conta das questões a serem enfrentadas.

É aí que considero importante mencionar o campo dos estudos culturais, uma área – ou talvez fosse melhor dizer, uma prática - de pesquisa que se iniciou a partir do diálogo entre diferentes campos do conhecimento. Um dos seus fundadores, Richard Hoggart, é um antropólogo inglês, falecido em abril desse ano, cujo livro, *The uses of literacy* (traduzido para o português como *As utilizações da Cultura*) é reconhecidamente um clássico indispensável para os estudiosos dos estudos culturais. Nele, a partir dos resultados de uma extensa pesquisa de campo etnográfica, Hoggart investiga o impacto cultural da política de letramento voltada para os operários, numa Inglaterra em pleno processo de industrialização, e questiona os seus resultados. Segundo ele, embora a ideia de educar, alfabetizar, esses grupos fosse apresentada como um processo de inclusão de caráter democrático, seus efeitos seriam altamente corrosivos para a cultura popular tradicional, cujas formas de comunicação e expressão próprias estariam sendo desqualificadas e deslocadas em nome de outras, mais legítimas na perspectiva do discurso dominante. Assim, Hoggart aponta (ou melhor, denuncia) o caráter massificador, disciplinador e excludente de uma iniciativa que desconsiderava os pontos de vista, interesses e valores da população a ela

submetida.

Percebe-se aí, a presença de duas características centrais dos estudos culturais. Em primeiro lugar, o caráter interdisciplinar da perspectiva teórica do autor. Hoggart criou o Centro Contemporâneo de Estudos Culturais da Universidade de Birmingham, onde lecionava na Faculdade de Letras, tinha uma formação diversificada nas áreas de sociologia, literatura e antropologia e, nessa pesquisa, aborda questões próprias ao campo dos estudos de mídia. Em segundo lugar, a presença do diálogo assumido entre a produção acadêmica de conhecimento e uma reflexão política posicionada.

Na medida em que vão se consolidando e ganhando maior legitimidade, pesquisadores de outras áreas de conhecimento vão aderindo à perspectiva interdisciplinar e alguns se integram ao campo dos estudos culturais que, hoje, já agrega pessoas de áreas tidas como externas ao universo estrito das ciências humanas e sociais como, por exemplo, economia, arquitetura, administração, direito, educação física, informática, etc.

Esse crescimento revela, a meu ver, um interesse cada vez maior pelo diálogo interdisciplinar, através da percepção de que é na articulação de diferentes olhares que se podem produzir mais e melhores instrumentos para a compreensão da realidade contemporânea e, em especial, das sociedades urbanas contemporâneas. Um aspecto interessante é que, na medida em que essas articulações de saberes acontecem, é possível perceber a existência de convergências antes insuspeitadas entre os olhares das diversas disciplinas.

Por outro lado, embora o trânsito entre a produção de conhecimento e a prática social e política permaneça um desafio que exige cautela, ele já não é visto como uma atitude necessariamente desviante no universo acadêmico. A ilusão de neutralidade, resquício do pensamento positivista, cede lugar à reflexão sobre as condições e limites do conhecimento e, sobretudo, sobre seu impacto sobre a sociedade e a cultura.